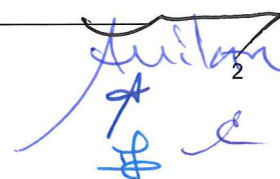


**Eólica de Montenegrelo, S.A.**  
Relatório e Contas 2017

## ÍNDICE

<b>ÓRGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO.....</b>	<b>4</b>
ACTIVIDADE EMPRESARIAL E COMERCIAL.....	4
ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS .....	7
REGULAÇÃO DO SECTOR .....	7
PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS .....	8
PERSPECTIVAS PARA 2018 .....	9
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	9
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	10
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	11
<b>CADERNO FINANCEIRO .....</b>	<b>13</b>
<b>APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....</b>	<b>37</b>



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Nuno Vaz Ribeiro

Secretário: Ana Rita Alves da Rocha Soares de Moura

### Conselho de Administração

Presidente: António Manuel Lobo Gonçalves

Vogal: António Alberto Pires Aguiar Machado

Vogal: Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

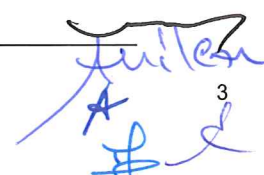
Vogal: Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

Vogal: Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

### Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efectivo: KPMG & Associados, SROC, representada por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho – ROC

Fiscal Único Suplente: Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes - ROC

  
3

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### ACTIVIDADE EMPRESARIAL E COMERCIAL

A EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A. (adiante a "Empresa"), constituída em 17 de Julho de 2007, tem como objecto a realização e desenvolvimento de projectos de aproveitamento de energia eólica, nomeadamente a construção e exploração de centrais eólicas no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

A Empresa tem em carteira uma única Central Eólica denominada Negrelo e Guilhado, com uma potência total instalada de 22,3 MW, sendo que 2,3 MW se referem ao sobreequipamento instalado no final de 2011 e cuja recepção provisória ocorreu em Março de 2012. Este parque eólico localiza-se na Serra da Padrela, no Concelho de Vila Pouca de Aguiar, Distrito de Vila Real.

O Pedido de Informação Prévia (PIP) foi apresentado em Janeiro de 2002, tendo-se obtido resposta em Junho de 2002. Nesse mesmo ano foi também apresentado o Projecto de Licenciamento à Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), tendo-se obtido o Ponto de Recepção em Fevereiro de 2005. Em Abril de 2007 obteve-se a Licença de Estabelecimento emitida pela DGEG. Em Fevereiro de 2006 foi apresentado o Estudo de Impacto Ambiental, tendo-se obtido a Declaração de Impacte Ambiental em Fevereiro de 2007.

O contrato de fornecimento de aerogeradores foi assinado em Novembro de 2007, com o fornecedor Enercon GmbH e os fornecimentos das Instalações Eléctricas e execução de obras de construção civil foram adjudicados em Junho de 2008, à sociedade Jayme da Costa. A construção da linha de ligação à rede foi concluída em Outubro de 2008.

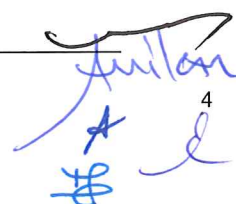
A construção dos primeiros 20MW da Central Eólica de Negrelo e Guilhado teve início em Junho de 2008 e a Licença de Exploração foi obtida em Dezembro de 2008. Os trabalhos de construção civil foram finalizados durante o ano de 2009, tendo sido assinados o auto de Recepção Provisória das Instalações Eléctricas e Obras de Construção Civil em Junho de 2009 e o Auto de Recepção Provisória dos aerogeradores em Outubro de 2009.

Em 2011 iniciou-se o sobreequipamento deste parque eólico, composto por 1 aerogerador de 2,3 MW. O respectivo projecto de licenciamento foi submetido à apreciação da DGEG em Maio de 2011 e o projecto das obras de construção foi submetido à apreciação da Câmara Municipal em Agosto de 2011. A ligação à rede desta máquina ocorreu no final de Dezembro de 2011 e a Recepção Provisória a 31 de Março de 2012, bem como a entrada em exploração.

Em 2017, a produção de energia da Central Eólica de Negrelo e Guilhado foi de 53.948 MWh (2016: 55.479 MWh), o que se traduziu em 2.419 horas líquidas equivalentes à potência nominal (2016: 2.488 hpc) e num factor de carga de 27,6% (2016: 28,3%). A taxa de disponibilidade técnica horária do parque fixou-se 99,5%, valor superior ao registado em 2016 (98,7%).

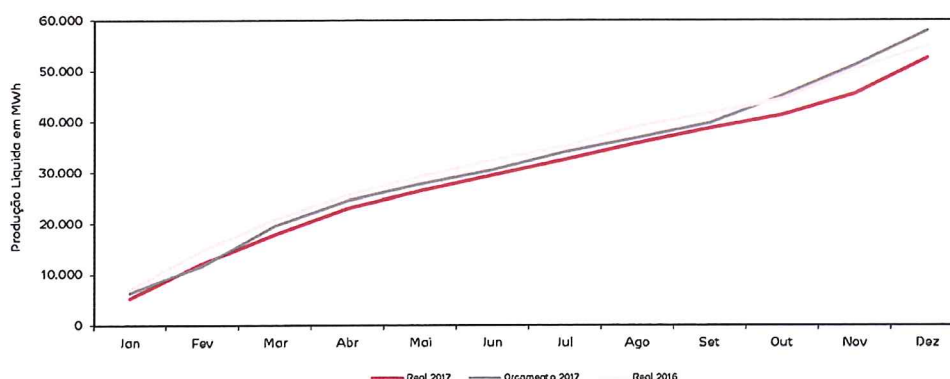
As vendas de electricidade da central eólica de Negrelo e Guilhado foram de 52.620 MWh, que remuneradas de acordo com a legislação específica da Produção em Regime Especial, ascenderam 5,372 M€, o que corresponde a um decréscimo de 1,4% em relação aos 5,451 M€ obtidos em 2016. A diferença entre as quantidades produzidas e vendidas em 2017 deve-se à energia adicional produzida pela Central, conforme explicado no capítulo "Regulação do Sector", que representa somente 2,5% do total produzido.

Em 2017, a remuneração média das vendas foi de 102,1 €/MWh, superior à registada em 2016 (99,3 €/MWh).

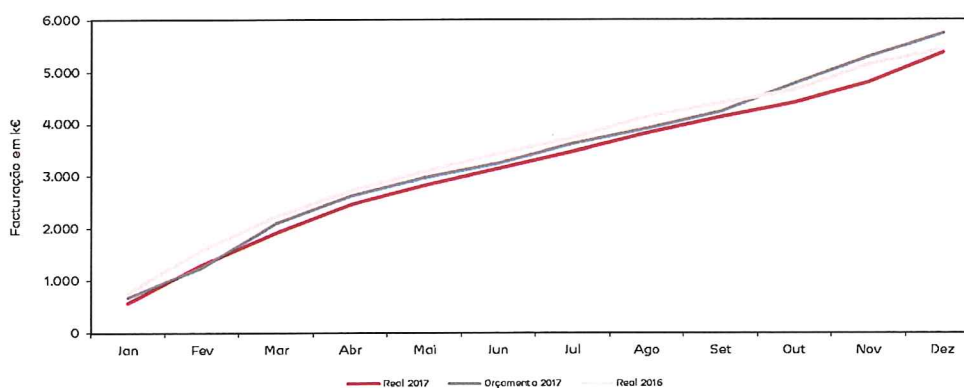




Produção de Energia acumulada 2017 – MWh



Vendas de Energia acumuladas 2017 - Milhares Euros



A Empresa não dispõe de quadro de pessoal permanente, recorrendo exclusivamente a prestação de serviços em regime de outsourcing.

À excepção da provisão para desmantelamento (Nota 19 do Anexo), não existem quaisquer passivos ambientais.

#### Demonstração da Posição Financeira

O Activo Fixo Tangível diminuiu 797.505 Euros em resultado do reconhecimento da amortização do período no mesmo montante.

Relativamente ao Activo Intangível em curso, este aumentou 114.550 Euros em 2017 e diz respeito aos pagamentos das compensações previstas pela adesão ao regime remuneratório alternativo do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de Fevereiro, que iniciaram em Julho de 2013 (valores acumulados em 2017: 572.286 Euros).

Os Activos Correntes diminuíram 792.315 Euros por via da diminuição em 1.038.187 Euros do valor de Caixa e Equivalentes de Caixa em 1.038.187 Euros, que mais que compensou o aumento em 245.872 Euros da rubrica Devedores e outros activos de actividades comerciais, por via do aumento dos valores a receber de Clientes, pelas vendas de Dezembro de 2017 terem sido superiores às vendas de Dezembro de 2016.

O Passivo não Corrente diminuiu 1.603.724 Euros devido essencialmente à reclassificação da dívida financeira para corrente em 1.546.989 Euros referente ao valor que vai vencer em 2018 e à diminuição dos Impostos a pagar à Autoridade Tributária, no âmbito da adesão ao regime do Decreto-Lei n.º 66/2016 da reavaliação dos activos, que passou

integralmente a Passivo Corrente (falta só liquidar a última prestação em Dezembro de 2018). O financiamento da Empresa obtido diz respeito aos Suprimentos concedidos exclusivamente pela EDP Renováveis Portugal.

O Capital Próprio registou uma diminuição de 36.852 Euros reflectindo integralmente o efeito da diminuição do Resultado Líquido do Exercício de 2017 no mesmo montante.

	2017		2016		Euros
	Valor	%	Valor	%	Var % (17-16)
<b>ACTIVO</b>	20.259.707	100,0	21.728.488	100,0	-6,8%
Activo fixo tangível e intangível	18.752.711	92,6	19.435.666	89,4	-3,5%
Outros activos não correntes	515.866	2,5	509.377	2,4	1,3%
Activos correntes	991.130	4,9	1.783.445	8,2	-44,4%
<b>PASSIVO</b>	10.834.560	53,5	12.266.489	56,5	-11,7%
Passivos não correntes	8.685.831	42,9	10.289.555	47,4	-15,6%
Passivos correntes	2.148.729	10,6	1.976.934	9,1	8,7%
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	9.425.147	46,5	9.461.999	43,5	-0,4%

#### Demonstração dos Resultados

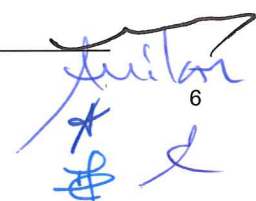
Em 2017, a central eólica teve uma performance operacional semelhante à do ano anterior, registando-se uma ligeira diminuição das receitas de vendas e serviços de energia de 1,4%.

Relativamente às rubricas Fornecimentos e Serviços Externos e de Outros Custos, em comparação com o ano anterior não houve alterações significativas.

Na sequência da actualização dos estudos técnicos realizados em 2016 e da mudança da perspectiva da Gestão, a Empresa procedeu à revisão da sua estimativa para a vida útil dos seus activos de geração eólica aumentando a mesma de 25 para 30 anos, de modo prospectivo em Dezembro de 2016. Assim, a amortização do exercício de 2017 diminuiu 186.807 Euros face ao registado em 2016.

Verificou-se ainda o contributo positivo dos Custos financeiros, que reduziram 12,6% em resultado da diminuição dos juros do empréstimo obtido sob a forma de Suprimento concedido pela EDP Renováveis Portugal, por via dos reembolsos efectuados no período.

O resultado líquido do período fixou-se nos 2.397.350 Euros, 1,5% inferior ao registado em 2016.



Rubricas	Euros		
	2017	2016	Var % (17-16)
Receitas de vendas e serviços de energia e outros	5.371.961	5.450.751	-1,4%
Custos com vendas de energia e outros	-3.763	-3.421	10,0%
Margem Bruta	5.368.198	5.447.330	-1,5%
Fornecimentos e serviços externos	-669.186	-673.166	-0,6%
Outros custos operacionais	-152.721	-145.989	4,6%
EBITDA	4.546.291	4.628.175	-1,8%
Amortizações e imparidades do exercício	-797.505	-984.312	-19,0%
EBIT	3.748.786	3.643.863	2,9%
Proveitos financeiros	0	701	-100,0%
Custos financeiros	-591.269	-676.764	-12,6%
Resultado antes de impostos	3.157.517	2.967.800	6,4%
Impostos sobre lucros	-760.167	-533.598	42,5%
Resultado líquido do período	2.397.350	2.434.202	-1,5%

#### ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

A Eólica de Montenegro não tinha dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social no final do presente exercício.

Em 3 de Novembro de 2016 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 66/2016, que estabelece um regime fiscal facultativo de reavaliação dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento. Este normativo visa criar um incentivo à reavaliação dos activos fixos tangíveis afectos ao exercício de actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como das propriedades de investimento e de elementos patrimoniais de natureza tangível afectos a contratos de concessão, impulsionando em paralelo o reforço dos capitais próprios das empresas. A utilização deste regime pressupõe a constituição de uma reserva de reavaliação fiscal correspondente à soma das diferenças entre o valor líquido inicial dos elementos reavaliados e o valor líquido após a reavaliação. O montante desta reserva é sujeito a uma tributação autónoma especial à taxa de 14%, devendo ser liquidada em partes iguais até ao dia 15 de dezembro dos anos de 2016, 2017 e 2018. Como contrapartida, permite-se aos sujeitos passivos abrangidos pelo presente regime a dedução fiscal dos acréscimos de depreciação dos activos objecto de reavaliação, majorados entre 3% e 7%, devendo os mesmos ser detidos por um prazo mínimo de cinco períodos de tributação após a data a que se reporta a reavaliação. A empresa aderiu a este regime, tendo registado em Dezembro uma Conta a Pagar com a Autoridade Tributária no valor de 193.385 Euros, dos quais dois terços desse valor (128.923 Euros) ficaram liquidados em 2017. Associado a esta alteração, a Empresa reconheceu em 2016 um imposto Diferido Activo de 371.609 Euros, tendo previsto obter uma poupança fiscal líquida de cerca de 178 Milhares de Euros.

#### REGULAÇÃO DO SECTOR

Em 2012, os promotores eólicos e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados na economia portuguesa no sector eólico em regime de produção especial. Em 28 de Fevereiro de 2013, foi publicado o Decreto-Lei n.º 35/2013, ao abrigo do qual, os produtores eólicos poderiam efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O Decreto-lei em causa conferiu aos produtores a possibilidade da opção por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (I) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (II) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



após o período inicial de 15 anos; e, consequentemente, (III) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A Eólica de Montenegro optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante, em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020. O primeiro pagamento foi efectuado em Julho de 2013 – com pagamentos mensais desde então – tendo sido liquidado um total de € 572.286 até 31 de Dezembro de 2017.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho, que estabelece a disciplina aplicável à potência adicional e à energia do sobreequipamento produzida por centros electroprodutores cuja energia eléctrica seja remunerada por um regime de remuneração garantida, junta-se a Portaria nº 102/2015, de 7 de Abril, que estabelece os procedimentos para injeção de energia adicional e para autorização do sobreequipamento dos centros produtores eólicos. Associado a estes normativos é introduzido o conceito de energia adicional, considerada como a energia ativa que resulta da utilização da potência adicional, correspondendo o valor máximo da potência adicional à diferença entre a potência instalada e a potência de ligação, excluindo-se a energia do sobreequipamento, quando exista. Desta forma, torna-se possível injectar na rede a energia adicional, maximizando-se quer a utilização do vento disponível no local, quer as capacidades existentes de produção de energia eléctrica de fonte eólica. A empresa concluiu no início de 2016 os procedimentos para injeção de energia adicional, com a alteração da parametrização dos relés limitadores de potência, tendo iniciado a sua produção. De acordo com o regime legal actualmente em vigor e, em especial, o Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho os promotores de parques eólicos que beneficiem do valor remuneratório adicional a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 3.º-C do Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, tal como aditado pelo Decreto-Lei n.º 51/2010, de 20 de Maio, não podem cumular esse valor remuneratório adicional com a remuneração da energia adicional a que se refere o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho. Assim sendo, a energia adicional injetada na rede pelo parque eólico de Negrelo e Guilhado não será remunerada, tendo em conta que o parque foi sobreequipado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 51/2010, de 20 de Maio.

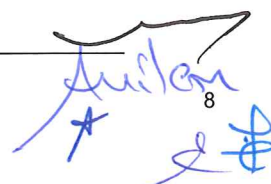
#### PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

O risco na actividade de produção de energia eólica resulta essencialmente do risco de recurso eólico e do risco de disponibilidade das centrais eólicas, estando este último devidamente coberto por seguros.

Não é expectável que existam, neste tipo de actividade, riscos e incertezas relevantes associados à tarifa, tendo em consideração que a Empresa beneficia do regime tarifário que garante a sua estabilização durante um período de 15 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33 A/2005 de 16 de Fevereiro) acrescido de um período de 7 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2013). No entanto, por se tratar de uma actividade totalmente regulada, considera-se que a Empresa está exposta ao risco de alteração de políticas governamentais.

Importa referir que à data de 31 de Dezembro de 2017 não existiam quaisquer riscos relacionados com o licenciamento da central eólica desta sociedade, encontrando-se em pleno funcionamento.

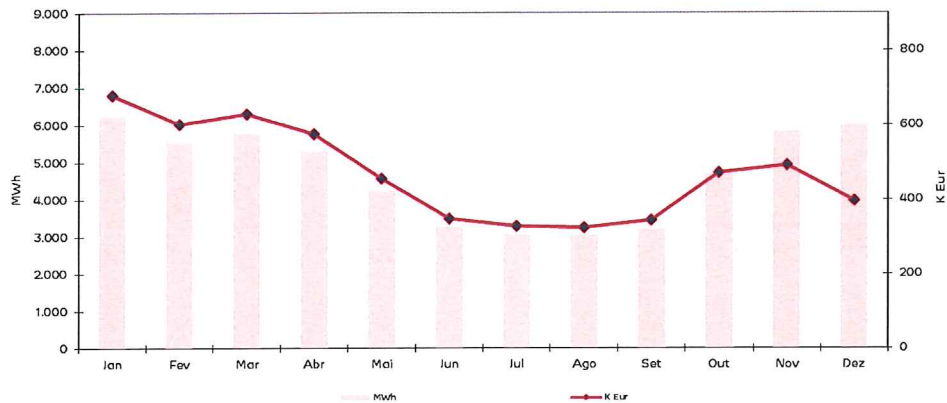
Apesar do activo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efectivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto de esta estar inserida no Grupo EDP tendo, por esse meio, suporte dos seus accionistas e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.

  
8



## PERSPECTIVAS PARA 2018

Estima-se que a Central Eólica de Negrelo e Guilhado registe uma produção total de 56.228 MWh em 2018, correspondente a uma facturação total de aproximadamente 5.655 Milhares de Euros e a uma tarifa média de 100,58 Euros/MWh. A evolução do gráfico mostra que a partir de Novembro há uma descida da tarifa média, que corresponde ao mês em que a Central ultrapassa o patamar das 2.000 horas, repercutindo-se numa remuneração mais baixa da parcela ambiental, isto é, a majoração ambiental (coeficiente Z) diminui a partir do excedente das 2.000 horas de produção.



A Eólica de Montenegro não tem perspectivas para 2018 de efectuar quaisquer reforços de potência, investimentos ou renovações de contratos.

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Adicionalmente, importa ainda referir que após o fecho do exercício não foram identificados quaisquer factos relevantes que possam ter impacto significativo na sociedade e que requeiram divulgação.

*Julian*  
9

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício no montante de 2.397.350,06 Euros seja aplicado da seguinte forma:

Dividendos: 1.750.000,00 Euros

Resultados Transitados: 647.350,06 Euros

Vila Pouca de Aguiar, 26 de Fevereiro de 2018

O Conselho de Administração



António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

(Vogal)



António Alberto Pires Aguiar Machado

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

N.º 95 do Art.º 447º, do Código das Sociedades Comerciais

Títulos que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade detêm da EDP – Energias de Portugal, S. A., holding do Grupo EDP e da EDP Renováveis, S.A., Empresa igualmente do mesmo Grupo, no qual se integra a Eólica de Montenegro, S.A.:

Acções da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração	Nº acções 31-12-2016	Aquisição		Venda		Nº acções 31-12-2017
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	5.000			5.000	3,244 €	-
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	-	-	-	-	-	-
António Alberto Pires Aguiar Machado	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	1.543	3,030 €	1.543	3,220 €	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	1.350	2,950 €	-	-	1.350

Acções da EDP Renováveis, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração	Nº acções 31-12-2016	Aquisição		Venda		Nº acções 31-12-2017
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	-	-	-	-	-
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	-	-	-	-	-	-
António Alberto Pires Aguiar Machado	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	-	-	-	-	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

Obrigações da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração	Nº obrigações 31-12-2016	Aquisição		Venda		Nº obrigações 31-12-2017
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	-	-	-	-	-
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	-	-	-	-	-	-
António Alberto Pires Aguiar Machado	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	-	-	-	-	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

Art.º 397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Eólica de Montenegro não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por sua conta, não prestou garantias a obrigações por si contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remuneração.

Art.º 66º, alínea d) e Art. 325º - A, nº1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o exercício de 2017, a Eólica de Montenegro não adquiriu nem alienou acções próprias.  
A 31 de Dezembro de 2017, a Eólica de Montenegro não era detentora de acções próprias.

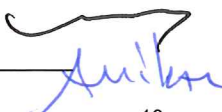

Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores:

Nos termos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º e o artigo 397º, do código das sociedades comerciais, não se registaram em 2016 autorizações a membros do Conselho de Administração da Eólica de Montenegro para a realização de negócios com a sociedade.



## CADERNO FINANCEIRO

---

  
13  


EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração dos Resultados  
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Notas	2017 (Euros)	2016 (Euros)
Receitas de vendas e serviços de energia e outros	5	5 371 961	5 450 751
Custo com vendas de energia e outros	5	- 3 763	- 3 421
		<u>5 368 198</u>	<u>5 447 330</u>
Fornecimentos e serviços externos	6	- 669 186	- 673 166
Outros custos	7	- 152 721	- 145 989
		<u>- 821 907</u>	<u>- 819 155</u>
		4 546 291	4 628 175
Amortizações e imparidades	8	- 797 505	- 984 312
		<u>3 748 786</u>	<u>3 643 863</u>
Proveitos financeiros	9	-	701
Custos financeiros	9	- 591 269	- 676 764
Resultado antes de impostos		<u>3 157 517</u>	<u>2 967 800</u>
Impostos sobre lucros	10	- 760 167	- 533 598
<b>Resultado líquido do período</b>		<u>2 397 350</u>	<u>2 434 202</u>
<b>Resultado por acção (Básico) - euros</b>	16	<u>47,95</u>	<u>48,68</u>

VILA POUCA DE AGUIAR, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice 7018*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Signature]*  
Avelino Carlos Almeida

*[Signature]*  
António Alberto

*[Signature]*  
Alicia

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral  
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Euros	2017	2016
Resultado líquido do período	2 397 350	2 434 202
Outro rendimento integral do período (líquido de efeito fiscal)	-	-
Total do rendimento integral do período	2 397 350	2 434 202

VILA POUCA DE AGUIAR, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Luís Jorge*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Signature]*  
*António Gomes Almeida*  
*António Almeida*  
*Alceu*  
*[Signature]*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração da Posição Financeira  
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Notas	2017 (Euros)	2016 (Euros)
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	11	18 180 425	18 977 930
Activos intangíveis	12	572 286	457 736
Activos por impostos diferidos	13	408 133	396 671
Devedores e outros activos de actividades comerciais	14	107 733	112 706
<b>Total dos Activos Não Correntes</b>		<b>19 268 577</b>	<b>19 945 043</b>
Devedores e outros activos de actividades comerciais	14	752 548	506 676
Caixa e equivalentes de caixa	15	238 582	1 276 769
<b>Total dos Activos Correntes</b>		<b>991 130</b>	<b>1 783 445</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>20 259 707</b>	<b>21 728 488</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	16	50 000	50 000
Prestações suplementares	16	2 348 619	2 348 619
Reservas e resultados acumulados	17	4 629 178	4 629 178
Resultado líquido do período		2 397 350	2 434 202
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>9 425 147</b>	<b>9 461 999</b>
<b>Passivo</b>			
Dívida financeira	18	7 734 945	9 281 934
Provisões	19	950 886	943 159
Impostos a pagar	21	-	64 462
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>8 685 831</b>	<b>10 289 555</b>
Dívida financeira	18	1 652 986	1 550 295
Credores e outros passivos de actividades comerciais	20	119 505	111 096
Impostos a pagar	21	376 238	315 543
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>2 148 729</b>	<b>1 976 934</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>10 834 560</b>	<b>12 266 489</b>
<b>Total dos Capitais Próprios e Passivo</b>		<b>20 259 707</b>	<b>21 728 488</b>

VILA POUCA DE AGUIAR, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice 2018*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signature]*  
*António Carlos Almeida*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios  
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Euros

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prestações Suplementares	Reserva Legal	Reservas e resultados acumulados
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	9 162 232	50 000	2 348 619	72 124	6 691 489
Rendimento integral:					
Resultado líquido do período	2 434 202	-	-	-	2 434 202
Rendimento integral total do período	2 434 202	-	-	-	2 434 202
Pagamento de dividendos	-2 134 435	-	-	-	-2 134 435
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	9 461 999	50 000	2 348 619	72 124	6 991 256
Rendimento integral:					
Resultado líquido do período	2 397 350	-	-	-	2 397 350
Rendimento integral total do período	2 397 350	-	-	-	2 397 350
Pagamento de dividendos	-2 434 202	-	-	-	-2 434 202
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	9 425 147	50 000	2 348 619	72 124	6 954 404

VILA POUCA DE AGUIAR, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alce 2018*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*António Carlos Almeida*

*António Carlos Almeida*

*Alce*

*Fap 6/2*

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	2017 (Euros)	2016 (Euros)
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	5 105 093	5 404 009
Pagamentos a fornecedores	- 573 944	- 701 390
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	- 174 160	- 96 866
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>4 356 989</b>	<b>4 605 753</b>
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	- 818 586	- 632 784
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>	<b>3 538 403</b>	<b>3 972 969</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
Recebimentos:		
Juros e proveitos similares	-	1 127
	-	1 127
Pagamentos:		
Activos fixos tangíveis	-	- 31 675
Activos intangíveis	- 114 550	- 113 796
	- 114 550	- 145 471
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>	<b>- 114 550</b>	<b>- 144 344</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
Recebimentos / (Pagamentos) de suprimentos	-1 443 857	-1 546 989
Juros de suprimentos e custos similares	- 583 981	- 670 704
Dividendos pagos i)	-2 434 202	-2 134 435
	-4 462 040	-4 352 128
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>-4 462 040</b>	<b>-4 352 128</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-1 038 187</b>	<b>- 523 503</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 276 769	1 800 272
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)</b>	<b>238 582</b>	<b>1 276 769</b>

i) Ver Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios.

(\*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 15 às Demonstrações Financeiras e reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da actividade de financiamento na Nota 27 às Demonstrações Financeiras.

VILA POUCA DE AGUIAR, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice 2018*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Signature]*  
*Juliana Gomes Almeida*

*[Signature]*  
*Artur Montenegro*

*[Signature]*  
*Alceu*

*[Signature]*  
*Fapal*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

**1. Actividade da Empresa**

A Eólica de Montenegro, S.A. (adiante designada de Empresa) foi constituída por escritura pública celebrada em 17 de Julho de 2007 e tem a sua sede social em Vila Pouca de Aguiar.

A Empresa tem por objecto a realização e desenvolvimento de projectos de aproveitamentos de energia eólica, nomeadamente com a construção/instalação e exploração de Parques Eólicos.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP Energias de Portugal, S.A., com sede na Avenida 24 de Julho, nº 12 em Lisboa, empresa mãe do Grupo EDP.

As demonstrações financeiras da empresa são também consolidadas pela EDP Renováveis S.A. e pela EDP Renováveis Portugal, S.A. empresas mãe do Grupo EDP Renováveis e do Grupo EDP Renováveis Portugal, respectivamente.

O seu capital social é de 50.000 euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelas suas accionistas, EDP Renováveis Portugal, S.A. (50,1%), Municípios de Boicás, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar contitulares de 49,9%.

**Enquadramento regulatório das actividades em Portugal**

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e o Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A 28 de Fevereiro de 2013 o Governo Português publicou o Decreto Lei 35/2013 que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A Empresa optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020.

O Ministério do Ambiente e Energia, publicou em 24 de Junho, o Decreto-Lei 94/2014, o qual permite o aumento da capacidade instalada dos parques eólicos até 20%. A produção adicional gerada a partir do aumento da capacidade terá uma remuneração fixa de 60 euros/MWh, enquanto que a restante produção continua a ser remunerada com a tarifa anterior.

Em 7 de Abril de 2015 foi publicada a Portaria 102/2015, a qual estabelece os procedimentos para a colocação adicional de energia e para autorização do sobre-equipamento de centros electroprodutores eólicos nos termos definidos anteriormente pelo Decreto-Lei nº 94/2014 de 24 de Junho.

As principais medidas introduzidas por esta legislação são: (i) a energia produzida pelos sobre-equipamentos (aumento do número de aerogeradores em parques já existentes) é remunerada a uma tarifa fixa de 60 euros/MWh; (ii) a energia correspondente à diferença entre os MW de capacidade instalada e os MW efectivamente injectados na rede são remunerados à tarifa de 60 euros/MWh; e (iii) reconhecimento do sobre-equipamento como um centro electroprodutor independente.

Foi publicada a 13 de Outubro de 2016, em Diário da República, a Portaria n.º 268-B/2016, dirigida aos centros electroprodutores do regime especial que, para além da tarifa garantida (feed-in-tariff), receberam apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento de energias renováveis no passado. Este normativo estabelece que estes centros electroprodutores devem devolver ao Sistema Eléctrico Nacional (SEN) os valores recebidos a fundo perdido, sendo esta devolução efectuada através da dedução do valor da venda de energia a pagar aos centros electroprodutores pelo comercializador de último recurso (CUR).

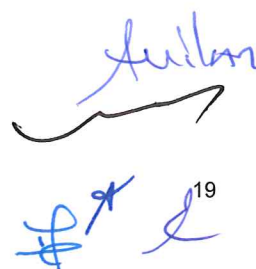
No dia 28 de Dezembro de 2016, foi publicada a Lei n.º 42/2016, em que o artigo 171º veio determinar que os apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis recebidos pelos centros electroprodutores elegíveis (à data) não deveria ser cumulável com as remunerações fixadas administrativamente auferidas por esses centros. Nesse sentido, este artigo determina a adopção, por via de portaria, de um mecanismo de dedução ou reposição dos apoios públicos recebidos nessas condições. Desta forma, a 16 de Fevereiro de 2017, foi publicada a Portaria n.º 69/2017, que determina a recuperação, a favor do SEN, desse montante alegadamente recebido em excesso, através da redução da tarifa garantida que o Comercializador de Último Recurso (CUR) lhes paga. Esta portaria vem replicar o conteúdo da Portaria n.º 268-B/2016, revogando-a.

Na sequência da Portaria n.º 102/2015, de 7 de Abril, foi publicado o Despacho 7087/2017, de 14 de Agosto que determina que nos procedimentos para autorização do sobre-equipamento de centros electroprodutores [eólicos], antes de concluída a instrução, a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) tem que consultar a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), sobre os impactos para a tarifa da autorização relativa ao aumento de produção por parte do sobre-equipamento em causa, só devendo este ser autorizado caso não tenha efeitos negativos para o Sistema Eléctrico Nacional. No referido despacho, o Governo solicita ainda à DGEG a apresentação de uma proposta, no prazo de 60 dias, de revisão da legislação em vigor, que permite agora, através de um procedimento administrativo, a injeção da energia adicional na rede eléctrica, e remunerada em regime especial, com uma tarifa fixa de 60 euros Megawatt/hora (MWh), por considerar que este valor está acima do preço de mercado e o diferencial de preços estar a aumentar o défice tarifário. A central eólica já foi sobreequipada ao abrigo do anterior regime, pelo que este despacho não terá qualquer impacto.

**2. Políticas contabilísticas****a) Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da Empresa, agora apresentadas, reflectem os resultados das suas operações, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 26 de Fevereiro de 2018 e são expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.





EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da Eólica de Montenegro, S.A. são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Empresa para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptados pela U.E. até 31 de Dezembro de 2017.

Tal como descrito na nota 25, a Empresa adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2017, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2017. As políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adoptadas em conformidade. As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a Empresa ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na mesma nota 25.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2016.

Alteração em linhas apresentadas na Demonstração de Fluxos de Caixa

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a Empresa alterou o nome das linhas "Recebimentos/Pagamentos de empréstimos obtidos" e "Juros e custos similares incluindo derivados de cobertura" para "Recebimentos/Pagamentos de suprimentos" e "Juros de suprimentos e custos similares". Para efeitos de comparabilidade, foi efectuada a devida alteração no período homólogo apresentado.

**b) Passivos financeiros**

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

**c) Instrumentos de capital**

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As prestações suplementares configuram um instrumento de capital próprio nos termos da IAS 32 na medida que nas actuais condições contratuais o accionista não pode por sua exclusiva iniciativa exigir o reembolso das mesmas e o Conselho de Administração não poderá deliberar sobre o seu reembolso.

**d) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2009, a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor de aquisição determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custo com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Equipamento básico	30

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos activos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos activos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas depreciações do período, são contabilizadas de forma prospectiva.

*Auditor*



No final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos seus activos de geração eólica de 25 para 30 anos (ver nota 3).

Os activos de ligação à rede constituem parte dos activos fixos tangíveis, com vida útil igual aos activos de geração a que estão associados, na medida em que os mesmos constituem um custo directamente atribuído para colocar o activo de produção na localização e condições necessárias para o mesmo funcionar da forma pretendida.

#### Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporados no custo dos activos.

#### **e) Activos Intangíveis**

Os activos intangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### Pagamentos por extensão do período tarifário de acordo com o Decreto-Lei 35/2013

Os pagamentos efectuados por conta da adesão ao Decreto-Lei 35/2013 são contabilizados como activo intangível em curso a ser amortizado com base no método das quotas constantes pelo período de 7 anos a partir da data em que cesse o período regulatório máximo de 15 anos aplicável a cada parque.

#### **f) Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### **g) Provisões**

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

#### Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal ou contratual ou construtiva no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos onde estes se encontram. Estas provisões são calculadas, com base numa estimativa do valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses activos.

Os pressupostos utilizados para o cálculo das provisões são definidos tendo por base os materiais das respectivas torres, as estimativas relativamente ao custo de desmantelamento por MW, valor residual por MW, vida útil remanescente das centrais eólicas e com base nas taxas de desconto que reflectem o risco específico desta responsabilidade.

Os pressupostos utilizados para o cálculo das provisões para 2017 e 2016, foram os seguintes:

Torres de betão	
Custo médio por MW (Euros)	33.954
Valor residual do equipamento por MW (Euros)	19.787
Taxa de desconto	[0,812% - 0,888%]
Taxa de Inflação	1,861%

Considerando que, no final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica (parques eólicos) de 25 para 30 anos (ver notas 2.d. e 3), o número de anos de capitalização da provisão para desmantelamento e descomissionamento foi alterado para 30 anos com efeitos em Dezembro de 2016.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. Neste sentido, o departamento técnico da EDPR efectuou em 2016 uma análise profunda considerando a realidade dos parques da EDPR que resultou na actualização, naquele ano, do custo médio por megawatt e do valor residual dos activos das energias renováveis. Não existiram alterações significativas nas variáveis utilizadas para determinar a melhor estimativa do valor a liquidar com referência a 31 de Dezembro de 2017.

A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

*Autizar*

*[assinatura]*

*[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

21

#### h) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de energia eólica mensurados ao justo valor da energia a receber líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito relativo às vendas de energia eólica é reconhecido no período em que a electricidade é gerada e transferida para a EDP Serviço Universal, S.A. nos termos definidos na lei, mensalmente e baseada em contagens reais de consumo.

#### i) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e os juros recebidos de aplicações efectuadas.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

#### j) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

#### k) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da Empresa pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Empresa, se aplicável.

#### l) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa.

#### m) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros recebidos como actividades de investimento.

### 3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2 - Políticas contabilísticas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

#### Redefinição das vidas úteis dos activos

A Empresa revê anualmente a razoabilidade da vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação, e altera prospectivamente a taxa de amortização do período com base na revisão realizada.





No final de Dezembro de 2016, o Grupo EDP Renováveis procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica (parques eólicos) estendendo a mesma de 25 para 30 anos. A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi efectuada tendo por base estudos técnicos (internos e de perito independente), financeiros, económicos e outros factores como, restrições regulatórias e/ou contratuais. Tendo como base estes estudos, concluiu-se que a vida útil apurada embora tenha alguma variação por activo, em virtude das especificidades de cada infraestrutura, foi considerado razoável e apropriado utilizar o padrão de 30 anos para todo o portfólio.

Na sequência da alteração da vida útil de 25 para 30 anos dos activos de geração eólica, as amortizações do período de 2017 diminuíram aproximadamente 187 mil euros.

#### Impostos sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de imposto sobre os lucros em Portugal. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro anos. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de doze anos para período de tributação iniciados a partir de 2014 e de cinco anos para o período de 2012 e 2013. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. A Empresa constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respectivas despesas estimadas com a reposição dos respectivos locais e dos terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

O uso de diferentes pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos pode ter produzido resultados diferentes dos que foram considerados.

#### **4. Políticas de gestão do risco financeiro**

##### Gestão do risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro da Empresa é gerido centralmente pelas Direcções de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A política de gestão do risco tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da Empresa ao risco de taxa de juro resulta exclusivamente dos financiamentos obtidos junto dos seus accionistas.

##### Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na Direcções de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades da Empresa. A Empresa como parte integrante do Grupo EDPR e do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pelos seus accionistas.

##### Gestão do risco de crédito de contraparte

Com referência a 31 de Dezembro de 2017 a exposição da Eólica de Montenegro, S.A. ao risco de crédito de contraparte, respeita essencialmente ao valor das receitas com vendas de energia, cuja contraparte é a EDP Serviço Universal, S.A., pelo que o risco de crédito é considerado como não significativo.

A Empresa considera que o valor que melhor representa a sua exposição ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber dos devedores e outros activos de actividades comerciais e outros devedores líquido de perdas por imparidade registadas, pelo que, com referência a 31 de Dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito de devedores e outros activos de actividades comerciais encontra-se detalhado na nota 14.

#### **5. Receitas de vendas e serviços de energia e outros**

A análise da rubrica de **Receitas de vendas e serviços de energia e outros**, por sector de actividade, é a seguinte:

**Receitas de vendas e serviços de energia e outros:**  
Energia eléctrica e acessos (nota 23) i)

Dez 2017	Dez 2016
Euro	Euro
5 371 961	5 450 751
<b>5 371 961</b>	<b>5 450 751</b>

**Custo com vendas de energia e outros:**  
Custos com electricidade (nota 23)

Dez 2017	Dez 2016
Euro	Euro
3 763	3 421
<b>3 763</b>	<b>3 421</b>

i) A variação do período refere-se à diminuição do factor de carga eólica que foi menor em 2017, quando comparado com 2016.

*Autlor*  
23

**6. Fornecimentos e serviços externos**A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Rendas e alugueres	72 781	73 822
Seguros	32 452	33 629
Conservação e reparação i)	539 477	528 149
Trabalhos especializados:		
- Outros serviços especializados	24 073	19 523
Outros fornecimentos e serviços	403	18 043
	<u>669 186</u>	<u>673 166</u>

i) Os montantes registados na rubrica de Conservação e reparação estão relacionados com os custos de operação e manutenção da central eólica.

**7. Outros custos**A rubrica de **Outros custos** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Rendas de centros electroprodutores i)	134 299	136 269
Impostos directos e indirectos ii)	8 422	9 720
Outros iii)	10 000	-
	<u>152 721</u>	<u>145 989</u>

i) A rubrica de Rendas de centros electroprodutores compreende os montantes pagos aos municípios onde a central eólica se encontra instalada, pela concessão da produção de energia eólica. Estes pagamentos correspondem, em geral a 2,5% das vendas de energia eléctrica.

ii) O valor apresentado na rubrica de Impostos directos e indirectos refere-se essencialmente ao valor do IMI.

iii) A rubrica de Outros inclui um protocolo de cooperação com o Município de Vila Pouca de Aguiar para a Reabilitação do Estradão de Falperra.

**8. Amortizações e imparidades**A rubrica de **Amortizações e imparidades** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Amortizações de activos fixos tangíveis:</b>		
Equipamento básico:		
Produção eólica (nota 11)	797 505	984 312
	<u>797 505</u>	<u>984 312</u>

A diminuição na rubrica de amortizações e imparidades respeita a revisão da vida útil dos activos de geração eólica de 25 para 30 anos no final de Dezembro de 2016, conforme apresentado nas notas 2.d e 3.

**9. Proventos e custos financeiros**A rubrica de **Proventos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Proventos financeiros:</b>		
Outros juros obtidos	-	701
	<u>-</u>	<u>701</u>
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros de empréstimos (nota 23) i)	582 708	669 312
Outros juros suportados	-	288
Serviços bancários	834	632
"Unwinding" - Provisões para desmantelamento (nota 19)	7 727	6 532
	<u>591 269</u>	<u>676 764</u>
Resultados financeiros	<u>- 591 269</u>	<u>- 676 063</u>

i) A redução do valor desta rubrica deve-se ao reembolso parcial de suprimentos durante o ano de 2017, no montante de 1.443.857 euros.

**10. Impostos sobre os lucros**

As taxas nominais de impostos aplicáveis em Portugal em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, variam entre 21% e 29,5%.

De acordo com a legislação em vigor, em termos gerais o imposto sobre os lucros de um período está sujeito à revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período subsequente de 4 anos. Os prejuízos fiscais apurados num determinado período estão também sujeitos a revisão e correcção e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis nos anos seguintes nos seguintes termos: nos 5 anos seguintes para prejuízos fiscais apurados em 2012, 2013 e 2017, nos 12 anos seguintes para prejuízos apurados em 2014, 2015 e 2016. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação. Contudo, a dedução de prejuízos fiscais apurados está limitada a 70% do lucro tributável do período.

A política de preços de transferência tem em consideração as regras, as orientações e as melhores práticas no estrito cumprimento da letra e do espírito da lei.

Alterações legislativas com relevância para a Empresa

Em Portugal, a Lei do Orçamento do Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março) reduziu o período de reporte de prejuízos fiscais de 12 para 5 anos, para os prejuízos fiscais apurados em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

Adicionalmente, segundo a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro), que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2018, a taxa máxima de derrama estadual, aplicável ao lucro tributável superior a 35 milhões de euros, aumentou de 7% para 9%.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

**Provisão para impostos sobre lucros:**

Imposto corrente do período  
Imposto corrente de períodos anteriores  
Imposto diferido (nota 13)

Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
- 771 629	- 909 657
-	- 33
11 462	376 092
- 760 167	- 533 598

A diferença entre o imposto teórico e efectivo, decorre da aplicação das disposições previstas na lei, na determinação da base tributável, conforme se demonstra de seguida.

A reconciliação entre o imposto teórico e efectivo, em 2017 e 2016, é analisada como segue:

	Dez 2017			Dez 2016		
	Taxa %	Base Fiscal Euro	Imposto Euro	Taxa %	Base Fiscal Euro	Imposto Euro
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	25,5%	3 157 517	805 167	25,5%	2 967 800	756 789
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto do período anterior	0,0%	-	-	0,0%	129	33
Efeito da derrama estadual	-1,4%	- 176 471	- 45 000	-1,5%	- 176 467	- 44 999
Reavaliação fiscal de activos	0,0%	-	-	-6,0%	- 698 922	- 178 225
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	24,1%	2 981 046	760 167	18,0%	2 092 540	533 598

Em 2016 o Governo concedeu uma autorização legislativa com vista à introdução de um regime facultativo de reavaliação para efeitos fiscais, dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento, que veio a efectivar-se com a publicação do Decreto Lei 66/2016 em 3 de Novembro de 2016. Este decreto permitiu aos sujeitos passivos de IRC ou IRS com contabilidade organizada reavaliar o seu activo fixo afecto ao exercício de uma actividade comercial ou industrial que cumprisse determinados pressupostos. A reavaliação foi efectuada por aplicação, ao custo de aquisição ou equivalente, dos coeficientes de desvalorização monetária estabelecidos pela Portaria n.º 400/2015, de 6 de Novembro, tendo como limite o valor de mercado de cada elemento. A opção por este regime estabelecido no referido Decreto Lei, implica uma tributação autónoma especial equivalente a 14% do valor da reserva de reavaliação sem possibilidade de qualquer dedução.

A tributação autónoma especial terá de ser liquidada pelo sujeito passivo em declaração de modelo oficial, em 3 partes iguais, em Dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Em 2016, a rubrica Reavaliação fiscal de activos respeita ao efeito líquido da reavaliação fiscal dos activos elegíveis detidos pela empresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro, o que levou a um aumento na sua base fiscal de 1.381.319 euros. Em consequência, a Empresa reconheceu activos por impostos diferidos de 371.609 euros (nota 13) que serão recuperados pela dedução fiscal da reserva de reavaliação inerente aos activos reavaliados, a amortizar em 8 anos a partir de 2018. A reserva de reavaliação fiscal foi tributada em 2016 a uma taxa de 14% (o montante apurado é liquidado em 3 prestações iguais, tendo a primeira vencida em 20 de Dezembro de 2016, a segunda vencida em 15 de Dezembro de 2017 e a terceira irá vencer em 15 de Dezembro de 2018) e reconhecido o correspondente imposto corrente no montante total de 193.386 euros (nota 21). Consequentemente, o efeito líquido desta reavaliação no resultado do período findo a 31 de Dezembro de 2016 foi de aproximadamente de 178 mil euros.



## Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

## 11. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Valor bruto:</b>		
Equipamento básico:		
Produção eólica	26 670 602	26 670 602
	<u>26 670 602</u>	<u>26 670 602</u>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>		
Amortizações do período (nota 8)	- 797 505	- 984 312
Amortizações e imparidades acumuladas de períodos anteriores	-7 692 672	-6 708 360
	<u>-8 490 177</u>	<u>-7 692 672</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>18 180 425</u>	<u>18 977 930</u>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2017, para a empresa, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Provisão para desmantela mento Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>							
Produção eólica	26 670 602	-	-	-	-	-	26 670 602
	<u>26 670 602</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 670 602</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Produção eólica	-7 692 672	- 797 505	-	-	-	-8 490 177	
	<u>-7 692 672</u>	<u>- 797 505</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-8 490 177</u>	

A redução das amortizações do período deve-se ao facto de a Empresa ter revisto a vida útil de 25 para 30 anos (ver nota 8), no final de Dezembro de 2016.

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2016, para a empresa, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Provisão para desmantela mento Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>							
Produção eólica	26 022 187	-	-	-	-	648 415	26 670 602
	<u>26 022 187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>648 415</u>	<u>26 670 602</u>

O aumento da provisão para desmantelamento é resultante do impacto da alteração dos pressupostos de cálculo do custo de desmantelamento (ver notas 2.g) e 19).

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Amortização Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Produção eólica	-6 708 360	- 984 312	-	-	-	-7 692 672
	<u>-6 708 360</u>	<u>- 984 312</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-7 692 672</u>

## 12. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Valor bruto:</b>		
Activos intangíveis em curso	572 286	457 736
	<u>572 286</u>	<u>457 736</u>

A rubrica Activos Intangíveis em curso respeita aos pagamentos efectuados no âmbito da opção de estender o período tarifário, de acordo com o Decreto-Lei 35/2013, de 28 de Fevereiro, os quais são contabilizados como activos intangíveis em curso durante o período de pagamento (2013-2020). Esses activos serão amortizados durante um período de 7 anos, a partir de 2021, o que corresponde ao período em que os benefícios económicos associados a esses pagamentos fluirão para a empresa.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2017, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Alienações/ Abates Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>				
Activos intangíveis em curso	457 736	114 550	-	572 286
	<u>457 736</u>	<u>114 550</u>	<u>-</u>	<u>572 286</u>

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Alienações/ Abates Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>				
Activos intangíveis em curso	343 940	113 796	-	457 736
	<u>343 940</u>	<u>113 796</u>	<u>-</u>	<u>457 736</u>

### 13. Impostos diferidos activos e passivos

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Provisões	36 524	25 062	-	-
Reavaliação fiscal de activos (nota 10) i)	371 609	371 609	-	-
	<u>408 133</u>	<u>396 671</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

i) A 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Reavaliação fiscal de activos respeita a activos por impostos diferidos apurados sobre a reserva de reavaliação fiscal em activos elegíveis definidos pela Empresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro ao qual a Empresa aderiu (ver nota 10).

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos de 2017 e 2016, são os seguintes:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>		
Dotação a resultados (nota 10)	396 671	20 579
	<u>11 462</u>	<u>376 092</u>
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<u>408 133</u>	<u>396 671</u>

### 14. Devedores e outros activos de actividades comerciais

A rubrica de **Devedores e outros activos de actividades comerciais** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não corrente:</b>		
Custos diferidos - Rendas de terrenos i)	107 733	112 706
	<u>107 733</u>	<u>112 706</u>
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Clientes ii)	696 078	367 830
Outros devedores e outras operações diversas iii)	56 470	138 846
	<u>752 548</u>	<u>506 676</u>
	<u>860 281</u>	<u>619 382</u>

i) A rubrica de Custos diferidos - Rendas de terrenos refere-se as rendas de terrenos onde se encontra instalada a central eólica.

ii) A rubrica de Clientes é composta na sua totalidade pelas vendas de energia ao comercializador de último recurso (EDP Serviço Universal, S.A.) referentes ao mês de Dezembro (nota 23).

iii) A rubrica de Outros devedores e outras operações diversas inclui custos diferidos com rendas de terrenos onde se encontra instalada a central eólica no montante de 43.270 euros (2016: 124.703 euros) e custos diferidos com seguros no montante de 13.200 euros (2016: 14.143 euros).

*Handwritten signature and initials*

27

**15. Caixa e equivalentes de caixa**

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Depósitos bancários:</b>		
Depósitos à ordem	238 582	1 276 769
	<u>238 582</u>	<u>1 276 769</u>

**16. Capital e Prestações suplementares**

O capital social da Eólica de Montenegro, S.A. no início e no fim dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 50.000 euros (50.000 acções com valor nominal de 1 euro). Actualmente, o seu capital social é detido pelas seguintes entidades e nas correspondentes percentagens:

	Dez 2017	Dez 2016
EDP Renováveis Portugal, S.A.	50,1%	50,1%
Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada)	49,9%	49,9%

As rubricas de **Capital e Prestações suplementares** são analisadas como segue:

	Capital social	Prestações suplementares
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	50 000	2 348 619
Movimentos do período	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<u>50 000</u>	<u>2 348 619</u>

A rubrica de **Prestações suplementares** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
EDP Renováveis Portugal, S.A.	1 176 658	1 176 658
Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada)	1 171 961	1 171 961
	<u>2 348 619</u>	<u>2 348 619</u>

Os resultados por acção são analisados como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Resultado líquido em euros	2 397 350	2 434 202
Nº médio de acções durante o período	50 000	50 000
Resultado por acção - Básico em euros	<u>47,95</u>	<u>48,68</u>

**17. Reservas e resultados acumulados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Reserva legal	72 124	72 124
Outras reservas e resultados acumulados	4 557 054	4 557 054
	<u>4 629 178</u>	<u>4 629 178</u>

**Reserva legal**

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

**Outras reservas e resultados acumulados**

O resultado do período de 2016, no montante de 2.434.202 euros, foi integralmente distribuído aos accionistas sob a forma de dividendos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, aprovada na Acta nº 16, de 31 de Março de 2017.

**18. Dívida financeira**

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Empréstimos - Não corrente:</b>		
Suprimentos contraídos (nota 23) i)	7 734 945	9 281 934
	7 734 945	9 281 934
<b>Empréstimos - Corrente:</b>		
Suprimentos contraídos (nota 23)	1 652 121	1 546 989
Juros a pagar suprimentos (nota 23)	2 865	3 306
	1 652 986	1 550 295
	9 387 931	10 832 229

i) A variação observada na rubrica de Suprimentos contraídos deve-se ao reembolso parcial efectuado pela Empresa no montante de 1.443.857 euros ao seu accionista, EDP Renováveis Portugal.

À data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a dívida, por maturidade é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Dívida financeira</b>		
Até 1 ano	1 652 986	1 550 295
De 1 ano a 5 anos	6 187 956	6 187 956
A mais de 5 anos	1 546 989	3 093 978
	9 387 931	10 832 229

O justo valor da dívida da Eólica de Montenegro, S.A. é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro		Dez 2016 Euro	
	Valor Contabilístico	Valor de Mercado	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
<b>Dívida financeira:</b>				
Corrente	1 652 986	2 127 646	1 550 295	1 519 688
Não corrente	7 734 945	8 340 779	9 281 934	10 413 318
	9 387 931	10 468 425	10 832 229	11 933 006

O valor de mercado dos empréstimos é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data da demonstração da posição financeira, adicionados da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida financeira da Empresa.

À data de 31 de Dezembro de 2017, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

	2018 Euro	2019 Euro	2020 Euro	2021 Euro	2022 Euro	Anos seguintes Euro	Total Euro
Dívida financeira - Corrente	1 652 986	-	-	-	-	-	1 652 986
Dívida financeira - Não corrente	-	1 546 989	1 546 989	1 546 989	1 546 989	1 546 989	7 734 945
	1 652 986	1 546 989	1 546 989	1 546 989	1 546 989	1 546 989	9 387 931

Os suprimentos contraídos, corrente e não corrente, têm as seguintes condições e prazos:

	Em dívida Euro	Início	Fim (Previsto)	Tipo de Taxa	Taxa
EDP Renováveis Portugal, S.A.	9 385 066	01-02-2008	30-12-2023	Mid Swaps 10A + 1,5% (Fixa)	5,4950%
	9 385 066				

**19. Provisões**

A rubrica de Provisões é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Provisão para desmantelamento	950 886	943 159
	950 886	943 159

## EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

O movimento da Provisão para desmantelamento é analisado como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	943 159	288 212
"Unwinding" - Provisão para desmantelamento (nota 9)	7 727	6 532
Dotação do período i)	-	648 415
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<u>950 886</u>	<u>943 159</u>

i) A dotação do período de 2016 deveu-se à alteração dos pressupostos do cálculo desta provisão (ver notas 2.g) e 11).

## 20. Credores e outros passivos de actividades comerciais

A rubrica de **Credores e outros passivos de actividades comerciais** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Fornecedores	93 378	107 549
Custos especializados com fornecimento	-	1 760
Credores - Empresas do Grupo (nota 23)	2 314	1 787
Outros credores e operações diversas i)	23 813	-
	<u>119 505</u>	<u>111 096</u>

i) A rubrica Outros credores e operações diversas inclui os montantes a pagar municípios onde a central eólica se encontra instalada, pela concessão da produção de energia eólica.

## 21. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
<b>Impostos a pagar - Não corrente:</b>		
Tributação autónoma sobre reavaliações i)	-	64 462
	<u>-</u>	<u>64 462</u>
<b>Impostos a pagar - Corrente:</b>		
Imposto sobre o rendimento	139 175	121 670
Tributação autónoma sobre reavaliações i)	64 462	64 462
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	172 601	129 411
	<u>376 238</u>	<u>315 543</u>
	<u>376 238</u>	<u>380 005</u>

i) O valor da rubrica Tributação autónoma sobre reavaliações diz respeito ao valor a pagar até 2018, resultante da reavaliação fiscal de activos de acordo com o Decreto Lei 66/2016 de 3 de Novembro.

## 22. Compromissos

Com referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, não existem garantias prestadas por terceiros à Empresa, nem garantias prestadas pela empresa a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as restantes obrigações de compra (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Dez 2017				
	Capital em dívida no período				
Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Obrigações de compra	6 295 675	589 490	1 580 951	1 433 243	2 691 991
	<u>6 295 675</u>	<u>589 490</u>	<u>1 580 951</u>	<u>1 433 243</u>	<u>2 691 991</u>
	Dez 2016				
	Capital em dívida no período				
Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Obrigações de compra	7 086 509	627 965	1 535 563	1 507 827	3 415 154
	<u>7 086 509</u>	<u>627 965</u>	<u>1 535 563</u>	<u>1 507 827</u>	<u>3 415 154</u>

*Handwritten signature and initials*



Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

As obrigações de compra respeitam essencialmente a contratos de operação e manutenção que a 31 de Dezembro de 2017 ascendem a 4.426.676 euros (31 de Dezembro de 2016: 5.038.999 euros), arrendamento de terrenos que a 31 de Dezembro de 2017 ascendem a 1.517.027 euros (31 de Dezembro de 2016: 1.582.006 euros) e aos pagamentos futuros devidos pela adesão ao esquema de remuneração prevista no Decreto Lei 35/2013 no montante de 344.172 euros (31 de Dezembro de 2016: 457.504 euros).

**23. Partes relacionadas**Remuneração do Órgãos Sociais

A rubrica de Remuneração dos Órgãos Sociais é analisada como segue:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Fiscal único / ROC	7 256	7 256
	<u>7 256</u>	<u>7 256</u>

Os órgãos do Conselho de Administração não são remunerados.

Os custos com revisão legal de contas encontram-se registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos (nota 6).

No desenvolvimento normal da sua actividade, a empresa estabelece transacções comerciais e operações com outras empresas do Grupo EDP cujos termos reflectem condições normais de mercado.

Saldos e transacções com Empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2017, são analisados como segue:

	Out. Créditos Detidos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>		
EDP Serviço Universal, S.A.	696 078	696 078
	<u>696 078</u>	<u>696 078</u>

Os créditos detidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

	Out. Créditos Detidos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>		
EDP Serviço Universal, S.A.	367 830	367 830
	<u>367 830</u>	<u>367 830</u>

Os débitos detidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2017, são analisados como segue:

	Empréstimos Oblidos Euro	Out. débitos Detidos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>			
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.	-	1 062	1 062
EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	716	716
EDP Renováveis Portugal, S.A.	9 387 931	-	9 387 931
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A.	-	536	536
	<u>9 387 931</u>	<u>2 314</u>	<u>9 390 245</u>

Os débitos detidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

	Empréstimos Oblidos Euro	Out. débitos Detidos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>			
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.	-	645	645
EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	715	715
EDP Renováveis Portugal, S.A.	10 832 229	-	10 832 229
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A.	-	427	427
	<u>10 832 229</u>	<u>1 787</u>	<u>10 834 016</u>

*Handwritten signature and initials*

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2017, são analisadas como segue:

	Juros de Empréstimos Obtidos Euro	Outros Custos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>			
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	555	555
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.	-	3 763	3 763
EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	3 850	3 850
EDP Renováveis Portugal, S.A.	582 708	59	582 767
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A.	-	638	638
	<u>582 708</u>	<u>8 865</u>	<u>591 573</u>

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

	Juros de Empréstimos Obtidos Euro	Outros Custos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>			
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	1 111	1 111
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.	-	3 421	3 421
EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	3 850	3 850
EDP Renováveis Portugal, S.A.	669 312	54	669 366
EDP Serviço Universal, S.A.	-	2	2
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A.	-	3 263	3 263
	<u>669 312</u>	<u>11 701</u>	<u>681 013</u>

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2017, são analisadas como segue:

	Vendas e Outros Proveitos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>		
EDP Serviço Universal, S.A.	5 371 961	5 371 961
	<u>5 371 961</u>	<u>5 371 961</u>

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

	Vendas e Outros Proveitos Euro	Total Euro
<b>Empresas</b>		
EDP Serviço Universal, S.A.	5 450 751	5 450 751
	<u>5 450 751</u>	<u>5 450 751</u>

#### 24. Eventos relevantes ou subsequentes

Após a data do balanço não ocorreram eventos subsequentes relevantes que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

#### 25. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

##### Normas, alterações e interpretações emitidas efectivas para a Empresa

A norma contabilística recentemente emitida que entrou em vigor e que a Empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, pode ser analisada como segue:

##### IAS 7 (Alterada) - Iniciativa de divulgação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2017, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Estas alterações exigem que uma entidade divulgue informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas actividades de financiamento da entidade, independentemente de estas alterações terem, ou não, impacto nos fluxos de caixa, tais como:

- Alterações nos fluxos de caixa de financiamento;
- Alterações que surgem de uma obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações de negócios;
- O efeito de alterações nas taxas de câmbio; ou
- Variações de justo valor.

*Handwritten signature and initials*

Esta divulgação foi incluída na nota 27.

A norma contabilística recentemente emitida que entrou em vigor e que a Empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, sem impactos significativos pode ser analisada como segue:

IAS 12 (Alterada) - Reconhecimento de impostos diferidos activos para perdas não realizáveis.

#### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa**

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa, cujo impacto está a ser avaliado, são as seguintes:

##### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016, definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018. As versões da IFRS 9 de 2009 e 2010 introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os activos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa. A versão da IFRS 9 de 2013 introduz os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura. Foi ainda publicada a versão da IFRS 9 de 2014 que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

Assim, a IFRS 9 incorpora três vertentes distintas: classificação e mensuração de instrumentos financeiros, imparidade de activos financeiros e contabilidade de cobertura.

A IFRS 9 será aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2018 (com opção para aplicação antecipada). Com excepção da contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas sem a obrigatoriedade de divulgação de informação comparativa. Para a contabilidade de cobertura, os requisitos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas excepções.

A Empresa irá adoptar esta norma na sua data de aplicação obrigatória, e não irá proceder à reexpressão da informação comparativa, conforme previsto na mesma.

Durante 2017, a Empresa procedeu à análise do impacto da adopção desta norma em todos os seus aspectos, tendo por base a informação disponível à data pelo que a avaliação pode ainda sofrer alterações até à sua adopção, uma vez que a Empresa ainda não finalizou os testes e avaliação dos controlos relacionados com os novos sistemas e procedimentos de controlo interno, e as novas políticas contabilísticas estão sujeitas a alterações até que a Empresa apresente as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

No geral, não são esperados impactos significativos na demonstração da posição financeira da Empresa.

A Empresa analisou o impacto da adopção da IFRS 9 nos seus activos e passivos financeiros de forma a identificar e avaliar os impactos qualitativos e quantitativos da adopção da Norma. Em conformidade, os principais impactos são os que se descrevem de seguida:

##### **(a) Classificação e mensuração**

A IFRS 9 determina que a classificação e mensuração dos activos financeiros passe a ter como base o modelo de negócio utilizado na sua gestão e as características dos fluxos financeiros contratados. Neste contexto, os activos financeiros são mensurados ao custo amortizado se detidos numa perspectiva de captura de fluxos de caixa contratuais, sendo os remanescentes mensurados ao justo valor reconhecido na demonstração de rendimento integral do exercício (caso exista, também, intenção de venda dos activos) ou através de resultados (se não enquadráveis em nenhum dos modelos anteriores sendo, por exemplo, geridos com base no seu justo valor). Já no que respeita à classificação e mensuração de passivos financeiros, as alterações introduzidas face às disposições da IAS 39 não são substanciais, de acordo com a avaliação realizada. As alterações introduzidas pela IFRS 9 não introduzem alterações na Empresa.

A Empresa não espera um impacto significativo na sua posição financeira ou capital próprio decorrente da aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. A Empresa não detem activos financeiros actualmente mensurados ao justo valor.

Empréstimos e contas a receber são geralmente mantidos para recolher fluxos de caixa e é expectável que deem origem a fluxos de caixa que representem apenas pagamentos de capital e juros. A Empresa analisou as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos e concluiu que estes cumprem o critério do custo amortizado ao abrigo da IFRS 9. A reclassificação destes instrumentos não é necessária.

##### **(b) Imparidade**

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o actual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39. Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em ORI. No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses. No caso do risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por "prova objectiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

Contas a receber, incluindo activos contratuais

A Empresa aplicará o método simplificado e registará as perdas esperadas até à maturidade para todas as suas contas a receber e activos contratuais, incluindo aqueles que incluem uma componente financeira significativa.

As perdas esperadas estimadas foram calculadas com base na experiência de perdas reais ao longo de um período que, por negócio ou tipo de cliente, foram consideradas estatisticamente relevantes e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

No geral, não são esperados impactos significativos na demonstração da posição financeira da Empresa.

*Aut. Gen.*  
33



#### Divulgações

A IFRS 9 exigirá novas divulgações, em particular no que diz respeito ao risco de crédito e perdas esperadas. A avaliação da Empresa incluiu uma análise que permitisse identificar dados em falta nos processos correntes. A Empresa está em fase de implementação dos sistemas e da mudança de controlos que acredita que serão necessários para ter disponível toda a informação requerida e assegurar a plenitude da aplicação da Norma.

#### IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes (objecto de clarificação emitida em 12 de Abril de 2016)

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Maio de 2014, e alterou em Abril de 2016, a IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes, que substituiu os actuais requisitos para reconhecimento do rêdito de acordo com as IFRS. A IFRS 15 tem data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2018, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta nova norma estabelece os princípios que uma entidade deverá aplicar no reporte de informação útil, aos utilizadores das demonstrações financeiras, sobre a natureza, montante, prazo e incerteza do rêdito e fluxos de caixa provenientes de um contrato com um cliente.

O princípio nuclear da IFRS 15 é que uma entidade reconheça o rêdito para reflectir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante que reflecta a consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo construído em 5 fases, que são os seguintes: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de performance; (iii) determinação de um preço de transacção; (iv) alocação do preço de transacção a obrigações de performance e (v) reconhecimento do rêdito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

A Empresa planeia adoptar a IFRS 15 utilizando o método de efeito acumulado "modified retrospective approach", com os impactos decorrentes da aplicação inicial da norma reconhecidos à data da aplicação adicional (1 de Janeiro de 2018). Assim, a Empresa não aplicará os requisitos da IFRS 15 para o período comparativamente apresentado.

A análise realizada resultou da avaliação dos seguintes impactos preliminares:

#### (a) Venda de energia

O rêdito relacionado com a venda de energia é actualmente mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquido de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções e descontos.

O reconhecimento do rêdito ocorre quando os principais riscos e direitos de propriedade são transferidos para o comprador, a entidade não retém nenhum envolvimento relacionado com a gestão nem qualquer tipo de controlo sobre os bens alienados, o montante do rêdito pode ser fiavelmente mensurado, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade e os custos incorridos ou a incorrer no que diz respeito à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

No geral, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

#### Divulgações

Os requisitos de apresentação e divulgação da IFRS 15 são mais detalhados do que os actuais. Em particular, a Empresa espera que as notas às demonstrações financeiras sejam alargadas devido à necessidade de divulgação dos julgamentos significativos efetuados: quando e como determinar o preço de transacção dos contratos que incluem recebimentos variáveis, como alocar o preço de transacção às obrigações de performance, e os pressupostos assumidos para estimar o preço de venda independente de cada obrigação de performance. Em 2017, a Empresa continuou a testar os seus sistemas, controlos internos, políticas e procedimentos necessários para recolher e divulgar a informação requerida.

#### IFRS 16 - Locações

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, a IFRS 16 - Locações, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2019, sendo a sua adopção antecipada permitida para entidades que adoptem também a IFRS 15 - Rêdito de contratos de clientes.

Esta norma define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 - Locações e as respectivas orientações interpretativas. O objectivo é garantir que locadores e locatários reportam informações úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras, designadamente sobre o efeito que as locações têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- inclusão de algumas considerações de modo a distinguir locações de contratos de serviços, tendo por base a existência de controlo sobre um activo no momento em que este fica disponível para uso do locatário; e

- introdução de um modelo único de contabilização para o locatário que exige que este reconheça os activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses, com excepção de locações de activos com valor reduzido. O locatário deve reconhecer o direito de uso do respectivo activo e a obrigação inerente aos pagamentos a efectuar, e reconhecer os custos financeiros e as depreciações em separado.

À data das demonstrações financeiras em apreço, a Empresa já procedeu à inventariação dos contratos de locação existentes, estando em curso a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16.

Adicionalmente, encontra-se a rever os sistemas de informação existentes por forma a aferir em que medida será necessário proceder à sua adaptação aos requisitos desta norma. Nesta fase, não é possível estimar a magnitude dos impactos inerentes à sua adopção.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa (independentemente da data efectiva de aplicação, ainda não foram adoptadas pela União Europeia), para as quais não se estimam impactos significativos, podem ser analisadas como segue:

- IFRS 9 (Alterada) - Características de pré pagamento com compensação negativa;
- IFRIC 23 - Incerteza no tratamento de impostos sobre o rendimento;
- Melhorias anuais no ciclo IFRS 2014-2016;
- Melhorias anuais no ciclo IFRS 2015 -2017.

**26. Matérias ambientais**

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da Empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do período, excepto se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Durante o período, a Empresa reconheceu despesas em resultados do período, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	Dez 2017 Euro	Dez 2016 Euro
Protecção da biodiversidade e paisagem	11 200	10 332
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	3 855	3 646
	<u>15 055</u>	<u>13 978</u>

**27. Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da actividade de financiamento em 31 de Dezembro de 2017**

As alterações nas seguintes rubricas das actividades de financiamento, incluindo alterações por fluxos de caixa são como se segue:

	Empréstimos de Partes Relacionadas Nota 18
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	10 832 229
Fluxos de caixa:	
Recebimentos / (Pagamentos) de suprimentos	-1 443 857
Juros de suprimentos e custos similares	- 583 981
Juros do período, acréscimos e diferimentos de custos	<u>583 540</u>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<u><u>9 387 931</u></u>

*Handwritten signature and initials*  
35

Vila Pouca de Aguiar, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Maria Alice Jorge Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

(Vogal)



António Alberto Pires Aguiar Machado

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

## APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Eólica de Montenegro, S.A.**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 20.259.707 euros e um total de capital próprio de 9.425.147 euros, incluindo um resultado líquido de 2.397.350 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Eólica de Montenegro, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 31 de Março de 2018

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Eólica de Montenegro, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Eólica de Montenegro, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da Eólica de Montenegro, S.A., relativamente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2017.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de Dezembro de 2017, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem ênfases e sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos a documentação e os esclarecimentos solicitados, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2017;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 31 de Março de 2018

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)